



SEM CATEGORIA

## Justiça com as próprias mãos pode terminar em cadeia, diz PC

DA REDAÇÃO

10 de abril de 2016 - 08:30





A sensação de justiça cumprida, aliada a falta de contato das instituições como a polícia e a própria Justiça, leva muitas vezes populares a linchar assaltantes, estupradores e demais criminosos, após a prática de seus atos ilícitos, quando por eles capturados. Em situações desse tipo, os populares acabam por não medir consequências, agindo por impulso e cometendo a 'Justiça com as próprias mãos' contra o criminoso. Tal prática, conforme a Polícia Civil, não possui parâmetros legais e pode acarretar punições dependendo da gravidade da situação.

Em Manaus, o último caso do tipo foi registrado no dia 5 deste mês, no Centro, minutos após Kaio Vitor de Souza Santos, 19, assassinar a tiros o personal trainer Rosivaldo Miranda Junior Diniz, 23, que reagiu à tentativa de assalto de sua motocicleta. O crime foi presenciado por várias pessoas que se encontravam nas proximidades e que conseguiram captura-lo. Entretanto, a sessão de espancamento não durou por muito tempo, devido a uma viatura da Polícia Militar ter chegado ao local, evitando o linchamento do assaltante.

“É importante destacar que a população não está habilitada a intervir em nenhum um tipo de ação criminosa. É necessário ter muita cautela ao reagir a qualquer tipo de crime. Em casos que populares conseguem dominar o bandido, a orientação é que a polícia seja acionada, pois a prática do linchamento é ilegal”, explica o delegado Denis Pinho, da Delegacia Especializada em Roubos Furtos e Defraudações (Derfd).

Segundo Pinho, o excesso de agressão pode causar punições aos que a praticam, apesar de no calor das emoções os populares terem a sensação de justiça feita. Ele chama a atenção para o fato de que a prática do linchamento não possui respaldo legal.

“Deter, imobilizar ou usar meios necessários, dependendo da situação, é justificável. Porém, o exagero de agressões pode levar o indivíduo a ser preso e gerar um flagrante por lesão corporal ou até mesmo homicídio consumado, se a vítima do linchamento for a óbito. Repito, a prática de linchamento não é permitida. Mesmo que a justificativa seja fazer justiça com as próprias





ou a população haja dentro dos limites legais, como em casos de legítima defesa. Isso de acordo com a proporcionalidade do fato”, observa.

Ele cita como exemplo, se a vítima utilizou de meios necessários para imobilizar uma ação criminosa ou um infrator é considerado legal, mesmo que ocorra algum tipo de agressão. “Após controlar a situação, orientamos que a polícia seja imediatamente acionada. Certamente serão tomadas as providências cabíveis”, orienta.

Por Bruna Amaral

#### MAIS LIDAS

1

Fêmea de sucuri atrai macho e o mata sem piedade; veja vídeo

2

Zé Ricardo diz que orçamento para habitação é vergonhoso

3

PGJ recebe advogada que representa 100 famílias de Anamá

4

Conselheiros do CV são presos por envolvimento em ataques no Amazonas

5

Homem é baleado após assalto no Riacho Doce





Deixe seu comentário

Nome:

Email:

Insira aqui seu comentário...

ENVIAR



EXPEDIENTE

FALE CONOSCO

TRABALHE CONOSCO

TERMOS DE USO

ANUNCIE

FALE COM A REDAÇÃO

3042-1006

portal@emtempo.com.br

NEWSLETTER

ENVIAR

